



Debate histórico na PGJM



MPM realiza debate entre candidatos a Procurador-Geral
págs. 6 e 7



Solenidade marca despedida da Procuradora-Geral

Inaugurados quadro dos Procuradores-Gerais e placas dos Corregedores-Gerais e dos Procuradores-Gerais Interinos.

págs.10 e 11

Nova Procuradora-Geral da Justiça Militar

Maria Ester Henriques Tavares será a procuradora-geral da Justiça Militar para o biênio 2004/2006. A portaria com sua nomeação foi assinada no dia 06 de abril pelo procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles.



Seção

MPM na Mídia	pág. 2
MPM em ação	pág. 12

Ainda nesta Edição

Por Onde anda	pág. 3
Personalidades recebem Ordem do Mérito	pág. 4
II Turma de Direito Internacional dos Conflitos Armados	pág. 9



MPM na mídia



resultado da pesquisa mostra que Executivo e população não possuem a mesma linha de pensamento. Questionados sobre as intenções do Palácio do Planalto, somente 15% dos entrevistados são favoráveis à mordação.

Outra questão abordada na pesquisa foi a possibilidade de procuradores e promotores fazerem investigações criminais, no que 68% dos entrevistados são favoráveis. Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal decidirá em breve se acatará reivindicação dessa natureza postulada pelo Ministério Público.

Quanto a credibilidade da instituição, o Ministério Público obteve 56% de aprovação. Índice bom se considerarmos que a mesma pesquisa indica que

apenas 6% disseram conhecer bem a instituição, enquanto a maioria, 43%, afirmar só conhecer o Ministério Público de "ouvir falar". Encabeçam a lista de credibilidade, a Igreja Católica e as Forças Armadas com índices de aprovação de 74% e de 73%, respectivamente.

O Ibope ouviu 2000 pessoas em 145 cidades, entre os dias 7 e 11 de fevereiro. A margem de erro da pesquisa é estimada em 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.



Portaria do Ministério da Defesa, publicada no Diário Oficial da União de

17 de fevereiro, autoriza a implementação do serviço militar alternativo. Os jovens que alegarem impedimentos religiosos e políticos poderão, a partir do próximo ano, trabalhar em Ministérios civis.

Esses trabalhos alternativos não terão qualquer vínculo com a área militar, tanto é que serão prestados "fora das instalações castrenses", o que inclui quartéis e áreas militares.

Os Ministérios interessados em desenvolver atividades alternativas com esses jovens deverão apresentar plano de trabalho para a assinatura de convênios com o Ministério da Defesa.

Na mesma portaria, o ministro José Viegas anistia aproximadamente 42 mil cidadãos eximidos - recrutados pelas Forças Armadas que se recusaram a trabalhar dentro dos quartéis. Até 31 de julho deste ano, eles serão chamados para cancelamento dos processos e receberão certificado de dispensa do Ministério da Defesa.

A portaria foi editada com base em pareceres da área militar, autorizando o serviço alternativo fora dos quartéis. O artigo 143 da Constituição Federal Brasileira permite aos alistados declarar imperativo de consciência, decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para não desempenhar atividade essencialmente militar.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da PGJM.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar
Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão
Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral
Eriane Gonçalves dos Santos - Chefe de Gabinete
Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF
Jornalista - Hebert França
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruzen
Estagiário - Paulo Rodrigo Ribeiro Guimarães

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília- DF - Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 313-6114
www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br



Por onde anda...

Marco Antônio Pinto Bittar

Com a inauguração da sede própria da PGJM e o término dos processos de remoções e promoções de membros, Marco Antônio Pinto Bittar concluiu que seu ciclo na instituição estava encerrado.

Logo após sua aposentadoria, em dezembro de 1995, Marco Bittar dedicou-se exclusivamente à família. “Considero esse um momento especialmente rico e proveitoso. Pude acompanhar e participar ativamente do processo de formação de meus três filhos que na época passavam por fases distintas da adolescência”, avalia. Também nesse período, ele começou a rascunhar textos para um livro de contos que ainda pretende publicar.

Três anos depois, a deputada distrital Eurides Brito, o convidou para assessorá-la juridicamente e chefiar seu gabinete na Câmara Legislativa. A intensa atuação da deputada nas várias comissões da casa obrigou-o a especializar-se em diversos ramos

do direito. Com os conhecimentos aprofundados, escreveu livro sobre Direito Constitucional e Direito Administrativo que a todo momento revisa e, como é comum a todo escritor, nunca crê esteja pronto para ser publicado.

No MPM, marcante para Bittar foram as mudanças pelas quais o órgão passou entre sua primeira nomeação e sua aposentadoria. Quando assumiu em São Paulo, ele e mais dois promotores dividiam três mesas cedidas pela Auditoria Militar local. Tudo era emprestado, do papel à sala que ocupavam. “Ainda pretendo escrever sobre a evolução do órgão, como se modernizou, como cresceu no transcurso das duas últimas décadas”, afirmou.

Sua primeira nomeação no MPM foi em agosto de 1981, para o cargo de procurador Militar de 2ª Categoria. Em dezembro de 1987, foi promovido, por antiguidade, a procurador Militar de 1ª Categoria e, em de-

zembro de 1992, a subprocurador-geral Militar, cargo que, a partir de maio de 1993, passaria a ser denominado subprocurador-geral da Justiça Militar. Em junho de 1993 foi nomeado corregedor-geral do MPM e, em junho de 1994, foi nomeado procurador-geral da Justiça Militar pelo Procurador-Geral da República.



Vera Regina Coelho Americano de Brito



Os planos que Vera Regina Coelho Americano de Brito fez para quando se aposentasse não puderam ser realizados como ela havia planejado. Quatro meses após deixar o MPM, o marido de Vera faleceu e as inúmeras viagens que o casal programara não se realizaram.

Refeita, em parte, da perda, Vera decidiu realizar sozinha o que ela e o marido tanto queriam: viajar, conhecer lugares e pessoas. Atualmente, esse é um dos principais hobbies de Vera Regina. Outra das paixões da subprocuradora é a arte. Até o ano passado, ela mantinha uma galeria de artes e antiguidades em Pirenópolis, cidade histórica de Goiás; mas, por questões de segurança e cansada das regulares viagens, optou por abandonar a idéia. Interessada em aprofundar seus conhecimentos em artes, estudou italiano e entre seus planos para um futuro imediato está um curso de História da Arte em Florença, na Itália.

O direito, Vera Regina abandonou por completo. “Me considero bem sucedida profissionalmente. O que queria realizar dentro do Direito Penal, o fiz na minha carreira”, declara. Dos tempos em que atuou na Justiça Militar, ela guarda especial lembrança do início, em pleno Regime Militar, quando teve que atuar em casos que envolviam

peças com as quais conviveu na faculdade de Direito, cursada no Rio de Janeiro. “Foram momentos difíceis, mas contribuíram consideravelmente na minha formação profissional. O desafio me ajudou a ratificar que as escolhas feitas eram as corretas”, argumenta.

O constante contato com membros e as visitas regulares à PGJM a impedem de sentir saudades do MPM. A primeira designação na instituição ocorreu em agosto de 1972, nomeada para o cargo de 2ª Substituta do Procurador Militar de Segunda Categoria, posteriormente a denominação do cargo seria alterada para promotor da Justiça Militar. Em junho de 1990, ela foi promovida à Procuradora Militar de Segunda Categoria, atualmente, procuradora da Justiça Militar. Finalmente, em março de 1995, promovida a subprocuradora-geral da Justiça Militar, cargo no qual se aposentou quatro meses depois.



Personalidades recebem Ordem do Mérito MPM

Em quatro solenidades ocorridas no mês de março, personalidades indicadas pela Câmara Deliberativa do Conselho da Ordem do Mérito MPM, no ano passado, foram condecoradas com a Ordem do Mérito Ministério Público Militar, em reconhecimento às expressivas contribuições dispensadas à instituição.

No dia três de março, em cerimônia realizada no gabinete da PGJM, o Gen de Exército Francisco Roberto de Albuquerque recebeu das mãos da procuradora-geral Marisa Cauduro a medalha no grau máximo, Grã-Cruz. Em seu discurso de agradecimento, o comandante destacou o bom relacionamento existente entre as instituições, o que considera favorável à promoção da justiça no âmbito militar e o crescimento institucional. “Esse bom relacionamento permite que o MPM entenda e compreenda os nossos valores, idiossincrasias e tudo que é próprio de uma instituição como o Exército”, declarou.



Menos de 24 horas depois, durante a solenidade de abertura do II Curso de Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, ocorrida na Universidade de Brasília, o agraciado foi o professor-doutor Joachim Wolf, diretor do Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados da Ruhr-Universität Bochum. Marisa Cauduro condecorou Joachim Wolf com a medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, no grau Alta Distinção. Surpreso, o professor afirmou que a homenagem é o maior reconhecimento de que o curso foi um êxito.

No debate entre os candidatos à Procurador-Geral da Justiça Militar, acontecido em março (19), o homenageado foi o Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, que recebeu a comenda no grau Grã-Cruz, das mãos da procuradora-geral Marisa Cauduro. Em seus agradecimentos, Fonteles se desculpou por sua ausência na solenidade de entrega da Ordem do Mérito Ministério Público Militar em 30 de outubro do ano passado, e também por somente naquela data estar visitando o MPM, justificando que nesses primeiros meses de sua gestão tem dado prioridade ao contato direto com os membros. “Procurador tem que intervir, interagir, ir aos colegas, conversar com eles. Quero fazer disso aqui (Ministério Público) uma colegialidade”, declarou.



Em março (24), o homenageado foi o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno que agradeceu à procuradora-geral a comenda no grau Grã-Cruz, afirmando que receber uma condecoração é um estímulo para toda a organização e ressaltou a importância do MPM para a promoção da Justiça no âmbito militar. “É um incentivo para que cada vez mais batalhemos pela Justiça Militar, indispensável não somente à nossa disciplina, mas porque representa também a cobrança da seriedade do nosso militarismo”.



MPM define Lista Tríplice



Apuração dos votos na PGJM

A subprocuradora-geral Adriana Lorandi, a procuradora Maria Ester Henriques Tavares e o promotor Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas integram, nessa ordem, a Lista Tríplice encaminhada ao Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, o qual escolherá, dentre es-

ses três nomes, o Procurador-Geral da Justiça Militar para o biênio 2004/2006.

A eleição para formação da Lista Tríplice foi realizada no dia 30 de março e compareceram às urnas 69 dos 70 membros ativos do MPM. A única ausência foi de um membro que se encontra no exterior fazendo curso. As urnas estiveram disponíveis para coleta dos votos das 13h às 17h30 em todas as Procuradorias da Justiça Militar e na Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Na análise do presidente da Comissão Geral Eleitoral, subprocurador-geral Mário Sérgio Marques Soares, tanto a votação, quanto todo o processo eleitoral, transcorreram na maior tran-

quilidade: "A participação ativa e motivada de todos os colegas da instituição trouxe transparência ao processo".

A apuração da eleição para Procurador-Geral da Justiça Militar foi realizada no dia 02 de abril. A Lista Tríplice foi enviada ao Procurador-Geral da República na última segunda-feira, dia 05.



Membros puderam votar onde são lotados

Fonteles declara como escolherá Procurador-Geral



Fonteles incentiva o debate entre candidatos

Idealismo, equilíbrio e capacidade de diálogo interno, esses são os atributos classificados como essenciais pelo Procurador-Geral da Re-

pública, Cláudio Lemos Fonteles, para a composição do perfil ideal de um Procurador-Geral da Justiça Militar. "O candidato que melhor combinar esses fundamentos será o escolhido, independente da ordem de precedência da Lista Tríplice", declarou Fonteles em entrevista à Ascom.

Com o intuito de conhecer candidatos e propostas, Cláudio Fonteles solicitou à procuradora-geral que realizasse um debate entre os inscritos à eleição para definição da Lista Tríplice. "Não vejo o processo de escolha de um procurador-geral como um ato isolado do PGR, por isso sou um entusiasta para que as pessoas participem dos debates", disse ele.

Antes do MPM, Fonteles já havia participado de um debate, também de sua iniciativa, ocorrido entre os candidatos a Procurador-Geral do Trabalho.

Cláudio Fonteles considera o modelo de escolha para o Procurador-Geral da Justiça Militar o ideal. "A classe participando, sendo ouvida, é fundamental para dar legitimidade ao futuro procurador-geral", analisa. O Procurador-Geral da República lamenta que o Ministério Público Federal não disponha dos mesmos mecanismos de definição do Procurador-Geral. "Estamos tentando incluir na Reforma do Judiciário algum dispositivo nesse sentido, mas até agora não obtivemos sucesso".

Referindo-se ainda ao cargo de Procurador-Geral, Fonteles declarou-se contrário a mais de uma recondução, mesmo que não consecutiva. "A pessoa não pode se perpetuar no cargo, agindo assim ela perde a independência e começa a fazer concessões para se manter. A essência do Ministério Público está na independência", justifica.



Debate entre candidatos à Lista Tríplice para Procurador-Geral



Candidatos apresentam programas de gestão

Uma nova data ficará marcada na história do Ministério Público Militar. No dia 19 de março de 2004, foi realizado o pioneiro debate entre os candidatos a Procurador-Geral da Justiça Militar. Pela primeira vez, os postulantes ao cargo máximo da instituição tiveram a oportunidade de expor e debater seus planos de gestão à frente do MPM.

Nascido de uma sugestão do Procurador-Geral da República, o debate reuniu seis dos sete candidatos: Adriana Lorandi; Edmar Jorge de Almeida; Kleber de Carvalho Coêlho; Maria Ester Henriques Tavares; Péricles Aurélio Lima de Queiroz e Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas. Além do Procurador-Geral da República, os membros - responsáveis pela definição da lista tríplice - e os servidores do MPM lotaram o auditório da PGJM durante as quatro horas de duração do encontro. Inicialmente, cada candidato dispôs de 12 minutos para apresentar seus planos de gestão. (Leia no box abaixo, trechos dos programas)

Edmar Jorge de Almeida



Por sorteio, o primeiro a falar foi o subprocurador-geral Edmar Jorge de Almeida que baseou seu plano de metas para o biênio 2004/2006 em dois eixos: político-institucional e político-administrativo. No primeiro caso, as linhas de ação serão traçadas no sentido da "instauração de processo de integração e harmonização entre órgãos e membros". No campo político-administrativo fomentará a "instauração de processo de descentralização administrativa e orçamentária". Entre os novos paradigmas aos quais a instituição deve estar atenta, Edmar relacionou: o emprego das Forças Armadas no apoio aos órgãos de segurança; a Jurisdição Penal Internacional; a proteção aos Direitos Humanos; o Direito dos Refugiados e o combate à macrocriminalidade, à corrupção e à improbidade administrativa.

Adriana Lorandi



Ao expor seu programa de trabalho, a também subprocuradora-geral Adriana Lorandi destacou os seguintes pontos: a convocação de reunião do Colégio de Procuradores da Justiça Militar; regularização da situação do 5º e 6º Ofícios da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro; dotação de sede própria para a PJM Rio de Janeiro; instalação do 2º Ofício da PJM Brasília; valorização e prestígio dos servidores do MPM; austeridade nas aquisições; implantação do Projeto Memória do MPM; acompanhamento e participação no trâmite da reforma constitucional do Poder Judiciário; provimento dos cargos já existentes de promotor e procurador de Justiça Militar e dotação orçamentária para participação dos membros do MPM em cursos e seminários.

Maria Ester Tavares



A procuradora na PJM Rio de Janeiro Maria Ester Henriques Tavares elegeu três temas como pontos focais de sua plataforma: austeridade nos gastos públicos; relações cordiais, mas absolutamente independentes com as Forças Armadas; e a convocação imediata de uma reunião do Colégio de Procuradores. Em sua exposição, Maria Ester afirmou que sua candidatura se deve a um idealismo: "por acreditar que, como Procuradora-Geral da Justiça Militar, terei não só a palavra, mas o poder de decidir, de modificar o que considero injustiça, distorção, o que considero fora dos objetivos e fins que a Constituição Federal consagrou ao Ministério Público, principalmente nesse momento em que as Reformas do Judiciário ameaçam a autonomia e a independência conquistadas pelo Ministério Público".



Em seguida, foram realizadas duas rodadas de perguntas. Na primeira, o mediador sorteou entre os candidatos quem perguntaria e quem daria a resposta. Na rodada seguinte, o candidato indicava quem responderia à questão. Finalizando o debate, a platéia pode fazer uma pergunta a cada um dos candidatos presentes.

Ausente ao debate por questões pessoais, a candidata Claudia Rocha Lamas, procuradora da Justiça Militar em Curitiba, divulgou seu programa de trabalho

em que destaca as seguintes ações: prestígio a todos os órgãos

do MPM, sem distinção entre instâncias em que atuam; fixação de metas institucionais, priorizando a atividade-fim; fixação de critérios para gastos dos recursos; elaboração de planejamento preliminar, destinando recursos às regionais; propor estudo para alteração da LC 75/93 no tocante à composição do CSMMPM: propor a atualização das resoluções do CSMMPM, considerando urgente a alteração da de nº 5, que dispõe sobre critérios para promoção por merecimento; reestruturar a divisão de tarefas com a criação de novas assessorias e departamentos na PGJM e nas PJM; capacitação e aperfeiçoamento de membros e servidores.



Fonteles atento às perguntas entre candidatos



Membros e servidores acompanham debate

Péricles Aurélio de Queiroz



O programa do subprocurador-geral Péricles Aurélio Lima de Queiroz está dividido em três grandes áreas. Em “Presença Institucional”, destacam-se a manutenção do bom relacionamento com as Forças Armadas e demais instituições com as quais o MPM mantenha vínculo, e agilidade e eficiência nas respostas às proposições surgidas nos Órgãos de 1º e 2º graus. Na “Agenda de Prioridades”, estão relacionadas, entre outras: elaboração de um novo organograma administrativo; instituição de uma assessoria parlamentar junto ao Congresso Nacional; criação de um Centro de Apoio Operacional aos membros. “Gerência de Administração”: elaboração de um planejamento estratégico-logístico; criação de controle de qualidade total e a busca alternativa de recursos.

Kleber de Carvalho Coêlho



Em sua “Plataforma para Futura Administração”, o subprocurador-geral Kleber de Carvalho Coêlho destaca os seguintes pontos: solução definitiva para a questão pertinente aos 5º e 6º Ofícios da PJM/RJ; aprofundamento de relações com instituições congêneres de outros países; vigilância na preservação de conquistas funcionais alcançadas pelo Ministério Público; estímulo a membros para a realização de palestras e participação em eventos relativos ao Direito castrense; real compatibilização orçamentária do MPM em face dos demais ramos; empenho no enriquecimento patrimonial da instituição; atualização do parque computacional; atualização da frota circulante; além da definição participativa de prioridades a propósito de investimentos a serem demandados.

Ricardo Pontes Freitas



Finalizando as exposições dos planos de gestão, falou o promotor da Justiça Militar em Recife Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas. Entre suas proposições estão: independência funcional e independência do MPM em relação aos interesses das Forças Armadas; aproximação aos demais ramos do MPU; adoção de critérios objetivos nos processos de remoção e promoção de membros do MPM; fortalecer a capacidade investigatória do MPM; criar cargos com atribuições de investigação; valorização do quadro de servidores do MPM, aceleração do processo de instalação das sedes das Procuradorias. Durante sua explanação, o promotor ressaltou a importância política do cargo e do MPM na “defesa da ordem jurídica e do estado democrático de direito”.



PGJM Juiz de Fora em nova sede



Antonio Pereira Duarte recepciona convidados na PJM Juiz de Fora

No dia 12 de março mais uma Procuradoria da Justiça Militar foi contemplada com nova sede. Desde aquela data, a PJM Juiz de Fora está funcionando no décimo-terceiro andar da Rua Santo Antônio, número 1500, no Centro. O novo espaço, mais amplo, permitirá a instalação de um pequeno auditório, uma área para arquivo, biblioteca e o setor de protocolo.

A solenidade de inauguração da unidade regional do MPM em Minas Gerais contou com a presença de autoridades civis e militares e foi presidida pela procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro. Em seu discurso, a procuradora-geral salientou a importância de se dotar as PJMs de ambientes adequados ao desempenho das atividades funcionais. "A ocupação destas instalações decorre da imperiosa necessidade de se promover o apoio administrativo e

a indispensável acomodação digna aos membros e servidores que atuam nesta circunscrição, proporcionando-lhes adequadas condições de trabalho", afirmou Marisa Cauduro.

A PJM Juiz de Fora é uma das poucas que não está situada na capital do estado. Esse fato está relacionado às questões históricas e à localização estratégica de

reira Duarte, em seu pronunciamento: "Tanto o Braço Forte - Mão Amiga tão bem representado pelo Exército pátrio, quanto a garantidora da soberania de nossos ares - A Força Aérea Brasileira, reforçam, com suas presenças, a importância política, econômica e militar do Estado, que, embora não tenha mar, tem Marinha, com a notável Capitania Fluvial do São Francisco, em Pirapora, norte de Minas". Ainda em seu discurso, Antonio Duarte agradeceu à procuradora-geral por haver incluído, na Proposta Orçamentária de 2004, pedido de verba para aquisição de imóvel para instalação da sede própria e definitiva da PJM Juiz de Fora.

Antes de convidar os presentes a visitarem as instalações da PJM Juiz de Fora, Antonio Duarte presentiu a procuradora-geral com uma placa honorífica em retribuição à "profícua gestão do Ministério Público Militar - biênio 2002/2004". O diretor-geral do MPM, Cel Pedro Alvarenga, também foi homenageado com placa honorífica pelo "valeroso trabalho e dedicação a instituição".



Placa comemorativa marca a solenidade

Juiz de Fora. Em Minas Gerais há 22 corporações militares; as três Forças Armadas estão ali representadas, como afirmou o Procurador da Justiça Militar na região, Antonio Pe-



Membros do MPM prestigiam a inauguração.



Segunda turma de Direito Internacional dos Conflitos Armados



Marisa Cauduro e Edmar Jorge em aula inaugural na UnB

O II Curso de Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados foi aberto com aula inaugural ocorrida no auditório da Reitoria da Universidade de Brasília - UnB, em março (4).

Fruto de uma cooperação entre a Faculdade de Direito da UnB, o *Institut Für Friedenssicherungsrecht und Humänitares Völkerrecht da Ruhr-Universität Bochum*, Alemanha, e a Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, o curso tem por finalidade aprofundar os conhecimentos de membros do MPM, oficiais das Forças Armadas e profissionais da área jurídica acerca das normas jurídicas relativas à conduta em conflitos armados internacionais.

Na solenidade, os discursos enfatizaram o sucesso e a originalidade da parceria fundada entre as universidades dos dois países, ao promoverem essa modalidade de especialização, com o primeiro curso em 2003. "A difusão do conhecimento jurídico, para dissolução de conflitos, é de fundamental importância. Entendo que o ditado 'se queres a paz prepara a guerra', deve ser transformado em 'se queres a paz, prepare a paz', e é isto que estamos fazendo, ao propor cursos dessa natureza", disse Dourimar Nunes Moura, diretor da Faculdade de Direito da UnB.

A Coordenadora do curso pela UnB, professora Loussia Penha Musse Felix, destacou a vocação da universidade em inaugurar áreas temáticas inovadoras, voltadas para grupos profissionais específicos e importantes à sociedade. Em seguida, o diretor-geral do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário - IBDMH e vice-diretor-geral da ESMPU, Edmar Jorge de Almeida, falou sobre o processo de transição que marca o século XXI, que inclui a redefinição de conceitos, valores humanos, necessidade de renúncia ao uso da força para solução de conflitos, bem como a expansão das normas de proteção aos direitos da pessoa humana.

Já o professor Horst Fischer, coordenador do curso pelo Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados, elogiou a dedicação de Joachim Wolf na realização do primeiro curso, ressaltando que a especialização prepara os profissionais para uma outra interpretação sobre conflitos armados e novas demandas da sociedade global. "Este programa brasileiro de mestrado deve servir como modelo para ser implementado em outras oportunidades", declarou Fischer.

Joachim Wolf, diretor do Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados da Ruhr-Universität Bochum, co-realizadora do curso, discursou que "a nossa cooperação internacional é inovadora, por passarmos um conhecimento diferenciado, que vem de longos anos, reunindo oito universidades européias localizadas em oito diferentes países. Este curso tem uma dimensão intercontinental, voltado para autoridades, oficiais militares e do alto escalão da administração pública, com livre troca de experiências, de países que não estão nem direta e nem indiretamente envolvidos em conflitos, e por isso podem, por exemplo, escolher em participar de esforços de paz em pós-guerra".

Na opinião de Carlos Frederico Pereira, coordenador de Ensino da ESMPU e subprocurador-geral da Justiça Militar, este curso representa no âmbito acadêmico a introdução de um novo conceito, uma concepção pioneira de direito internacional. "É possível que se introduza esse tema também em nível de graduação. Tivemos certamente muitos ganhos. Para o MPM, representa a nossa adaptação de conhecimento a um conteúdo que já deveria existir há muito tempo e vem reforçado em função do próprio Estatuto de Roma, podendo formar novos promotores, procuradores, que possam multiplicar esse conhecimento. Além disso, a troca de experiência com os alemães é fantástica - pela própria história deles e nós, acredito, contribuímos principalmente na área penal", analisa Carlos Frederico.

O vice-reitor Timothy Martim Mulholland, representando o reitor da UnB Lauro Morhy, encerrou a solenidade dando as boas-vindas aos novos alunos, agradecendo a dedicação dos participantes da primeira edição do curso, salientando o mérito da cooperação alemã e dos apoios das Forças Armadas, Cruz Vermelha, ESMPU, Ministério da Defesa e do Ministério Público Militar.

Prestigiaram a cerimônia docentes da UnB, membros do Ministério Público Militar - MPM, autoridades alemãs, oficiais das Forças Armadas, dentre outras personalidades.



Solenidade marca despedida da Procuradora-Geral



Marisa Cauduro inaugura sua foto no Quadro de Procuradores-Gerais da Justiça Militar



Em sua última solenidade à frente do Ministério Público Militar, ocorrida no dia 02 de abril, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, reinaugurou, com atualizações, o quadro de Procuradores-Gerais da Justiça Militar e a placa que registra os membros que exerceram interinamente o cargo de Pro-

curador-Geral da Justiça Militar por mais de trinta dias. Foi inaugurada, ainda, placa nominativa de membros que atuaram como Corregedores-Gerais.

Para uma platéia composta por vários ministros do Superior Tribunal Militar, membros do Ministério Público, representantes das Forças Armadas, autoridades diversas e servidores da Instituições, Marisa Cauduro aproveitou a oportunidade para fazer um balanço sucinto das realizações mais significativas institucional e administrativamente, nesses dois anos. “Momento adequado para promover a

auto-crítica, prestar agradecimentos às pessoas e às organizações que muito contribuíram para o sucesso de nossas atividades e destacar o inestimável apoio dos colegas e dos servidores”, declarou ela. Leia, na página ao lado, trechos do discurso da Procuradora-Geral.

Após seu pronunciamento, Marisa Cauduro convidou os presentes a prestigiarem as inaugurações. O quadro de Procuradores-Gerais e as placas de Procuradores-Gerais Interinos e de Corregedores-Gerais foram idealizados com o objetivo de preservar a memória institucional e reconhecer o trabalho daqueles que funcionalmente se dedicaram ao crescimento, aprimoramento e fortalecimento do Ministério Público Militar.



Mário Sérgio Soares inaugura placa de Corregedores-Gerais



STM e Forças Armadas prestigiam despedida da Procuradora-Geral



Pêrcles de Queiroz descerra placa de Procuradores-Gerais Interinos



Gestão 2002/2004 - Avaliações

Valorização dos órgãos que compõem o MPM – “Não se expediu nenhum ato da administração, sem prévio e consensual debate; incentivamos o trabalho harmônico da Câmara Revisora; oferecemos condições ao órgão correicional, para o cumprimento efetivo de suas atribuições; proporcionamos a mais ampla independência intelectual aos órgãos de execução, reconhecendo-se a permanente aplicação do princípio insculpido na carta da República. Realizamos a coordenação das atividades do primeiro grau, promovendo-se designações de modo a evitar a ocorrência de qualquer prejuízo quanto à intervenção processual e extrajudicial da competência de membros do Ministério Público Militar”.

Relações com as Forças Armadas – “No aspecto institucional, concentramos esforços para restabelecer o relacionamento do mais alto nível com as Forças Armadas sempre visando ao aperfeiçoamento das atividades de justiça, à compreensão exata das nossas atribuições e o elevado respeito que deve existir entre autoridades de instituições diversas”.

Administração interna – “Na esfera administrativa, obtivemos promissores resulta-

dos, com o crescimento orçamentário e a melhoria de prédios, instalações equipamento de informática e o apoio às Procuradorias e membros... Ao deixar o cargo, observo que o gabinete



Marisa Cauduro faz autocritica de sua gestão

do não será depósito de nenhum feito pendente de providências, o que não ocorreu quando assumimos, pois, surpreendentemente, nos esperava um acervo de quase quarenta processos diversos, dentre os quais complexas investigações penais e representações diversas”.

Recondução – “A lei permite a recondução do mandato do procurador-geral. No entanto, desde que assumimos, tínhamos o propósito de cumprir somente este período de setecen-

tos e trinta dias, considerando que essa prática é a mais adequada e salutar para uma instituição de Ministério Público. A alternância da chefia constitui a essência da sua magnitude, permitindo renovar-se periodicamente os estilos, as tendências, as idéias, gerando a sua evolução”.

Ministério Público – “Marcou-se definitivamente a presença da Instituição no Conselho Nacional dos Procuradores-Generais de Justiça do Brasil, fórum que congrega todos os chefes de instituição ministerial do país. Nesse fórum, acompanhamos e participamos dos debates mais importantes, alcançando notável integração com as instituições congêneres.

Agradecimentos - É chegado o momento da derradeira gratidão aos colaboradores mais próximos, para os quais apresento, sinceramente, meu reconhecimento. Dirijo-me ao vice-procurador-geral doutor Edmar Jorge de Almeida, ao diretor-geral, coronel Alvarenga, aos diretores divisionais, aos servidores do gabinete e a todos outros, inestimável força de trabalho, constituída de pessoas qualificadas e conscientes da prestação do melhor serviço público.

**trechos extraídos do discurso da procuradora-geral da Justiça Militar proferido em 02/04/04.*

José Luiz Lopes da Silva
Ministro do Superior Tribunal Militar



Foi uma gestão séria e em permanente ligação com as forças singulares – Marinha, Exército e Aeronáutica. A atividade-fim da Justiça Militar reside justamente nas Forças Armadas e, nesse

contexto, o Ministério Público exerce uma atividade importantíssima, sempre de acordo com as leis e visando ao objetivo maior que é a coesão das Forças Armadas. Houve uma aproximação com as Forças Armadas, o diálogo foi restabelecido, com o MPM participando intensamente na manutenção da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas que são os bens tutelados pela Justiça Militar.

Carlos Alberto Marques Soares
Ministro do Superior Tribunal Militar



Foi uma gestão tranquila, de muita consciência, de muita seriedade. Não conheço a parte administrativa do Ministério Público Militar, mas posso dizer que foi uma administração serena, competente e marcada

pelo restabelecimento da união do Ministério Público. Também ficou caracterizado nesse período que o Ministério Público é um órgão essencial à justiça e que as Forças Armadas precisam das orientações do MPM para que os processos corram de forma correta e cheguem aos juízes de forma perfeita, como a instituição sempre fazia em épocas antigas. Foi uma administração admirável.

Sandra Verônica Cureau
Diretora-Geral da ESMPU



A doutora Marisa Cauduro restabeleceu uma excelente convivência com os ministros militares e com as Forças Armadas, o que é essencial para quem atua diretamente junto ao Tri-

bunal Militar. As relações entre o MPM e a ESMPU foram aprofundadas. A escola não dispõe de quadro próprio de servidores e nesse período contamos com o apoio do MPM, justamente quando outros ramos não puderam ajudar. Também importante foi a implantação do curso de pós-graduação sobre Direito Internacional dos Conflitos Armados, um grande sucesso de iniciativa do doutor Carlos Frederico membro do MPM.



MPM em Ação

ESG

A promotora da Justiça Militar em São Paulo Eliane de Azevedo Vale Pereira participará entre março (1º) e dezembro (17) do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, realizado no Rio de Janeiro.

Palestras

O promotor da Justiça Militar em Curitiba, André Luiz de Sá Santos participou como debatedor das palestras sobre Ministério Público Militar, Inquérito Militar e Auto de Prisão em Flagrante realizadas no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa/MG em novembro (11).

Denúncia

Em março (30), a procuradora-geral da Justiça Militar ofereceu denúncia contra quatro oficiais da reserva do Exército, entre eles um General-de-Brigada Médico, acusados de gestão temerária, irregular e ilícita da administração do Hospital das Forças Armadas - Organização Militar de saúde vinculada ao Ministério da Defesa. Segundo o MPM apurou, entre abril de 1998 e janeiro de 2000, os quatro denunciados causaram prejuízo elevado ao erário e violaram o princípio da lealdade, do interesse público, da publicidade, da moralidade, da economicidade e da impessoalidade. No documento enviado ao Superior Tribunal Militar, a procuradora-geral relaciona uma série de fatos e atos praticados pelos envolvidos que atestam as denúncias.

Posse

Em fevereiro (11), a procuradora-geral Marisa Cauduro participou em Porto Alegre da solenidade de posse de Geraldo Anastácio Brandeburski e Octávio Augusto Simon de Souza, respectivamente presidente e vice-presidente do Tribunal Militar do Rio Grande do Sul.

Debate

Em fevereiro (6), substituindo a procuradora-geral, o subprocurador-geral Mário Sérgio Marques Soares participou da reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, ocorrida no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Na pauta do encontro, a reforma da Previdência. Entre outros assuntos, foram discutidos: cumprimento da EC nº 41/03 na qual é mencionada a aplicação do subteto dos servidores federais e dos Estados, e as alterações feitas em relação aos inativos e pensionistas.

Curso

Entre março (20) e novembro (20) de 2003, o procurador da Justiça Militar em Fortaleza, Antonio Cerqueira, ministrou *Curso Completo de Direito Penal* na Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará - FESAC.

Conamp

Em março (15), tomou posse a Diretoria e o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp para o biênio 2004/2006. A solenidade ocorrida no MPDFT contou com a presença da procuradora-geral Marisa Cauduro.

Com o fim do mandato da procuradora-geral Marisa Cauduro em abril (7), assume interinamente as atribuições de procuradora-geral da Justiça Militar Rita de Cássia Laport, vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Militar e subprocuradora-geral da Justiça Militar. Rita Laport permanece no cargo até a posse do futuro procurador-geral, a ser nomeado pelo Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fonteles.



Aposentadoria

O procurador da Justiça Militar em Campo Grande, Antonio Batista de Souza, aposentou-se em março. A Portaria em que a procuradora-geral concede a aposentadoria voluntária ao procurador foi publicada no Diário Oficial da União de 26 de março. Antonio Batista de Souza ingressou no MPM em novembro de 1995, após aprovação no VII Concurso para Promotor da Justiça Militar.

Indignos para o Oficialato

A procuradora-geral da Justiça Militar propôs ao Superior Tribunal Militar duas Ações de Representação de Indignidade para o Oficialato. Na primeira delas, encaminhada em março (29), o representado é um coronel da Arma de Artilharia do Exército Brasileiro, transferido para a reserva em fevereiro de 1993, envolvido com a "Máfia dos Fiscais" da prefeitura da cidade de São Paulo. A Justiça Criminal do Estado de São Paulo considerou procedente as acusações dos crimes de estelionato, quadrilha e concussão e o sentenciou à pena definitiva de onze anos e seis meses de reclusão. Os crimes ocorreram entre maio de 1997 a janeiro de 1999, quando ele exercia a função de assessor do administrador Regional da Penha e se associou a outros quinze servidores públicos municipais, empreendendo de forma continuada crimes contra administrados, resultando em prejuízos à administração pública e aos particulares.

Na Segunda Ação de Representação de Indignidade para o Oficialato, o envolvido é um tenente-coronel da reserva da Aeronáutica condenado à pena definitiva de quatro anos e oito meses de reclusão, acusado da prática de estelionato. Em dezembro de 1994, quando exercia a função de tesoureiro da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, o coronel envolvido desviou R\$ 900.000,00 para contas-correntes de pessoas estranhas à Administração Militar. Mesmo admitindo a culpa e confirmado o desvio, que hoje supera o valor atualizado de dois milhões de reais, o representado recusou-se a prestar qualquer colaboração que pudesse auxiliar na recuperação, ainda que parcial, do dano causado. De acordo com o documento encaminhado pela procuradora-geral: "Essa postura inflexível revela os desígnios e os propósitos de perseverança na conduta delitiva, deixando ele de exibir arrependimento ou sentimentos de honra e lealdade para com a sua instituição e o país".

Para propor as perdas dos postos e a retirada da patente que os representados ostentam na inatividade, a procuradora-geral baseia-se no parágrafo 3º, do art. 142, da Constituição Federal que estabelece o obrigatório julgamento do oficial das Forças Armadas condenado na justiça comum à pena superior a dois anos, por sentença transitada em julgado.

Medalha

A promotora da Justiça Militar no Rio de Janeiro Ana Cristina da Silva foi agraciada, em novembro (20), com a Medalha Mérito Tamandaré expedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Naval.